

O MOVIMENTO CÍVICO-MILITAR DE MARÇO DE 1964*

Dias decisivos

Em fins de março de 1964, ambos os lados preparavam-se para uma confrontação armada, mas a esquerda, com todo o poder que havia reunido, estava em nítida desvantagem, do ponto de vista da força armada. Ela contava, no Rio de Janeiro e em Brasília, com o movimento dos sargentos e com um certo número de praças; no Nordeste, com a parcela armada das Ligas Camponesas, cujo campo de treinamento de guerrilhas fora destruído pelo Exército já em 1963; no Sul, com as milícias populares organizadas por Leonel Brizola.

Fazendeiros e empresários se mobilizaram e armaram-se. Várias organizações paralegais – Patrulha Auxiliar Brasileira, Ação de Vigilantes do Brasil etc. -, constituíram-se para enfrentar a ameaça comunista. Algumas delas com auxílio de governos estaduais. Segundo Moniz Bandeira, muitas delas estavam prontas para liquidar a oposição esquerdista sem o auxílio das Forças Armadas ou até mesmo contra elas.

Ao tomar posse na Chefia do Estado-Maior do Exército, em outubro de 1963, o General-de-Exército Humberto de Alencar Castello Branco advertiu contra "o perigo iminente de substituição do Exército por um arremedo de milícias com uma ideologia ambígua."

A reação desencadeada contra a desordem reinante no Brasil demonstrou grandes reservas morais na população e em particular nas Forças Armadas.

Trecho do discurso proferido pelo General-de-Exército Castello Branco, ao assumir a Chefia do Estado-Maior do Exército, em 1963:

"Há reformadores oportunistas que querem substituí-la (a destinação do Exército) por meio de um solapamento progressivo e antinacional, e instituir o Exército Popular, um arremedo de milícia, com uma ideologia ambígua, destinado a agitar o País com exauridos pronunciamentos verbais e a perturbar com subversões brancas e motins a vida do povo.

Em seu processo de destruição, empenham-se no desprestígio dos padrões profissionais, em tornar marginais os que cuidam da profissão e menosprezar a seleção de valores, além de trazerem, pela discriminação, a cizânia no meio militar. Não tem absolutamente as características de uma estrutura revolucionária, e sim de uma desejada organização para a tomada do poder, a serviço de quem possa custeá-las e apoiá-las..."

Também em carta ao General-de-Exército Jair Dantas Ribeiro, Ministro da Guerra, Castello Branco expressa seu ponto de vista sobre os aspectos essenciais da situação político-militar vigente. Trata-se de documento do mais alto valor histórico, que testemunha o prólogo dos acontecimentos que viriam a desembocar no movimento moralizador de 31 de março de 1964:

*"Guanabara, 4 de outubro de 1963
Excelentíssimo Senhor
General-de-Exército Jair Dantas Ribeiro
Ministro da Guerra*

Esperei pela iniciativa de V. Excia para, com meu Comandante, tratar comigo da atual situação político-militar.

Ontem V. Excia apenas me falou vagamente sobre rumos que os acontecimentos poderiam tomar.

Penso que o Chefe do Estado-Maior do Exército não é um elemento a mais nos exames da situação, que devam ser empreendidos, nem mesmo nas suas conclusões e consequentes sugestões.

A esquerda não tinha forças para implantar um regime de tipo cubano no Brasil, nem a extrema direita tinha condições de governar o país. Só o que podiam fazer era travar uma guerra sem esperanças, com risco de esfacelamento da unidade nacional, a balcanização da República.

A marcha do comunismo parecia avassaladora. O poder de contenção democrático afigurava-se

insuficiente. O Exército temia o divisionismo enfraquecedor. As manifestações em favor da ordem democrática eram tipicamente defensivas. Vozes isoladas surgiam aqui e ali, no Congresso e nos meios militares. Alguns governos estaduais, raros por sinal, opunham-se àquele estado de coisas. Foram no entanto os acontecimentos de março, iniciados com o comício da Central do Brasil, que precipitaram a reação. As decisões foram tomadas nos últimos momentos.

Os acontecimentos, porém, se precipitam e o Exército aparece em tudo como um todo, servindo de base a decisões do Governo.

Tenho acompanhado os passos de V. Excia pelos jornais, rádio e televisão. Sòmente hoje, por volta das 17 horas, recebi a comunicação de que fôra enviada uma mensagem ao Congresso Nacional, em que é solicitado o estado de sítio, determinando V Excia. Em decorrência, vigilância voltada para as causas da medida proposta.

Neste documento, pretendo expressar o meu ponto de vista sobre os aspectos essenciais da situação vigente, e o faço dentro de minhas faculdades funcionais e com o respeito indeclinável às responsabilidades de V Excia.

A Mensagem dos Ministros militares, emitida a propósito da entrevista violenta de um político opositor, abriu a fase aguda da crise político-militar. Tratava-se da advertência de que as Forças Armadas serão inflexíveis, rigorosas e decididas na ação preventiva e na eficaz defesa da Nação. Sem dúvida, há também, aí, um compromisso para outras advertências, a respeito de outros casos, a saber:

- ação ilegal, inclusive subversiva, do CGT;
- a agitação insurrecional promovida pelo Deputado Brizola;
- a conexão de atividades de políticos com o motim de Brasília;
- os abusos do poder econômico;
- etc., etc..

V. Excia. agora, sugere o estado de sítio. Parece ser um recurso desnecessário. Para resolvermos o crucial caso dos Sargentos, participarmos ativamente na manutenção da ordem e desmantelarmos conspiratas, tenho a impressão que dele ainda não precisamos.

Os Chefes militares, em vários escalões, já se acham entregues à prioridade da segurança interna. Com o estado de sítio e os prognósticos de sua aplicação, as forças terrestres vão ficar inteiramente absorvidas na ação policial, sem haver, creio eu, necessidade para arredá-las totalmente de sua vida normal. A dispersão de meios e a vulgarização solapam a nossa eficiência e coesão, imperativamente necessárias nas situações de comoção intestina.

Por outro lado, tutelando policialmente o país, mais sofreremos vexame, perante a Nação, dos qualificativos rudes de "gorilas" e "patetas".

Eu não exorbito em dar a V Excia o meu parecer. Sou o Chefe do Estado-Maior do Exército e membro do Alto Comando, e, no desempenho de tais funções, devo colaborar lealmente, com franqueza e respeito.

Os membros do Alto Comando não foram ouvidos. Resta-nos, portanto, o uso legítimo desta faculdade. Senão, ficaremos apenas para os atos formais, conseqüentes dos fatos consumados e alguns realizados sob forma de aparentes manifestações prestigiosas.

Com a atitude de subordinado respeitador, subscrevo-me.

Gen-de-Ex Humberto de Alencar Castello Branco
Chefe do Estado-Maior do Exército"

Abaixo, circular do Gen Castello Branco, acerca da situação de intranquilidade que passava o País:

Circular do Chefe do Estado-Maior do Exército
Rio, 20 de março de 1964.

Do Gen. Ex. Humberto de Alencar Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército.

Aos Exmos. Srs. Generais e demais militares do Estado-Maior do Exército e das Organizações subordinadas.

Compreendo a intranqüilidade e as indagações de meus subordinados nos dias subseqüentes ao comício de 13 do corrente mês. Sei que não se expressam sòmente no Estado-Maior do Exército e nos setores que lhes são dependentes, mas, também, na tropa, nas demais organizações e nas duas outras corporações militares. Delas participo e elas já foram motivo de uma conferência minha com o Excelentíssimo Senhor Ministro da Guerra.

São evidentes duas ameaças: o advento de uma Constituinte como caminho para a consecução das reformas de base e o desencadeamento em maior escala de agitações generalizadas do ilegal poder

do CGT. As Forças Armadas são invocadas em apoio a tais propósitos.

Para entendimento do assunto, há necessidade de algumas considerações preliminares. Os meios militares nacionais e permanentes não são propriamente para defender programas de Governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei.

Não estão instituídos para declararem solidariedade a este ou àquele poder. Se lhes fosse permitida a faculdade de solidarizarem-se com programas, movimentos políticos ou detentores de altos cargos, haveria, necessariamente, o direito de também se oporem a uns e a outros.

Relativamente à doutrina que admite o seu emprego como força de pressão contra um dos poderes, é lógico que também seria admissível voltá-la contra qualquer um deles.

Não sendo milícia, as Forças Armadas não são armas para empreendimentos antidemocráticos. Destinam-se a garantir os poderes constitucionais e sua coexistência. A ambicionada Constituinte é um objetivo revolucionário pela violência com o fechamento do atual Congresso e a instituição de uma ditadura.

A insurreição é um recurso legítimo de um povo. Pode-se perguntar: o povo brasileiro está pedindo ditadura militar ou civil e a Constituinte? Parece que ainda não.

Entrarem as Forças Armadas numa revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo ou para mandar e desmandar e mesmo para gozar o poder? Para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para talvez submeter a Nação ao comunismo de Moscou? Isto, sim, é que seria antipátria, antinação e antipovo.

Não. As Forças Armadas não podem atrair o Brasil. Defender privilégios de classes ricas está na mesma linha antidemocrática de servir a ditaduras fascistas ou sindicocomunistas.

O CGT anuncia que vai promover a paralisação do País no quadro do esquema revolucionário. Estará configurada provavelmente uma calamidade pública. E há quem deseje que as Forças Armadas fiquem omissas ou caudatárias no comando da subversão.

Parece que nem uma coisa nem outra. E, sim, garantir a aplicação da lei, que não permite, por ilegal, movimento de tamanha gravidade para a vida da Nação.

Tratei da situação política somente para caracterizar a nossa conduta militar.

Os quadros das Forças Armadas têm tido um comportamento, além de legal, de elevada compreensão face a dificuldades e desvios próprios do estágio atual da evolução do Brasil. E se mantido, como é de seu dever, fiéis à vida profissional, à sua destinação e com continuado respeito a seus Chefes e à autoridade do Presidente da República.

É preciso aí perseverar, sempre "dentro dos limites da lei". Estar pronto para a defesa da legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três poderes constitucionais e pela aplicação das leis, inclusive as de assegurar o processo eleitoral, e contra a calamidade pública a ser movida pelo CGT e contra o desvirtuamento do papel histórico das Forças Armadas.

O Excelentíssimo Senhor Ministro da Guerra tem declarado que assegurará o respeito ao Congresso, às eleições e à posse do candidato eleito. E já declarou, também, que não haverá documentos dos Ministros Militares de pressão sobre o Congresso Nacional.

É o que eu tenho a dizer em consideração à intranquilidade e indagações oriundas da atual situação política e a respeito da decorrente conduta militar. “

Véspera

Instabilidade política aguda e caos iminente, é como pode se definir o quadro brasileiro às vésperas de 31 de março de 1964. A Revolução de 1964 resultou de um estado de consciência nacional de que os valores da sociedade brasileira achavam-se ameaçados pela situação vigente no país. Reações emanavam dos diversos quadrantes da Nação, inspiradas por motivos díspares e, às vezes, contraditórios.

Havia lideranças regionais que se sentiam hostilizadas pelo governo federal. Havia fazendeiros que, temendo a invasão de suas terras, armavam seus peões. Havia empresários nacionais que viam seus negócios periclitarem no ambiente de greves e incertezas. Havia empresas estrangeiras que temiam por seus bens. Havia religiosos a quem repugnava a ascensão de uma ideologia materialista. Havia políticos de centro, que temiam pela ruptura da estabilidade institucional. Havia estudantes ricos que anteviam, no anunciado regime socialista, o fim de suas ambições profissionais. Havia organizações de caridade que viam o auxílio estrangeiro ser desviado para fomentar greves e arruaças, enquanto as populações carentes ficavam desassistidas. Havia movimentos ideológicos de direita, que propunham em resposta às esquerdas o advento de um governo

autoritário. Havia a grande imprensa, atemorizada pelo controle estatal do fornecimento de papel e pelas ameaças veladas que o governo lhe fazia. Havia militares radicais, que achavam poder tudo resolver à bala. Havia atuantes organizações femininas a mobilizar o povo para a resistência e o combate à subversão. Havia também a elite das Forças Armadas, preocupada sobretudo com a unidade nacional e com a ordem legal. Havia, acima de tudo isso, por parte dos brasileiros, a consciência de que seu modo de vida, seus valores culturais, seu patrimônio e sua sobrevivência como Nação corriam grave perigo. Tudo isso ameaçava ruir substituído por algo que nem mesmo os pregadores das reformas de base sabiam definir.

Todas aquelas correntes foram manifestando, com intensidade crescente, sua insatisfação com o estado de coisas. O último estamento a se manifestar publicamente foi a classe militar. Esta permaneceu em silêncio, abstando-se de interferir, exceto a chamado da autoridade civil. Ao intervir, logo se tornou a força decisiva, passando à frente de todas as outras e imprimindo à Revolução um sentido de unidade superior. Graças ao fato de a iniciativa ter pertencido às Forças Armadas, o movimento contra Jango engajou-se em uma reforma nacional, ordeira, pacífica e tolerante, o que teria sido impossível se predominasse alguma das outras correntes.

Relevante no despertar da consciência nacional para a reação foi o papel desempenhado pelos líderes políticos e militares, congressistas, governadores estaduais, homens de imprensa, empresários, intelectuais, enfim, de toda uma elite disposta a opor-se ao que parecia ser uma onda avassaladora. Dentre os líderes militares há que se destacar a figura do General-de-Exército Humberto de Alencar Castello Branco. Legalista determinado e de tradição, nunca tendo exercido qualquer cargo fora do Exército, o General Castello Branco era a antítese do conspirador. No cumprimento do dever de chefe, elaborou documentos exaltando a missão constitucional da Força Terrestre, alertando superiores e subordinados para a crescente deterioração do quadro nacional.

Suas palavras ecoaram intensamente nos estabelecimentos de ensino militares, particularmente na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, bem como na Escola Superior de Guerra e na tropa. Os alertas do General Castello Branco inspiraram e motivaram a ação das lideranças civis e militares, atingindo as fileiras do Exército.

Um dos primeiros brasileiros a pensar na necessidade de uma reação decisiva contra Goulart foi o Marechal Odílio Denys. Mas nem de longe lhe ocorria a ideia de uma intervenção militar; queria apenas estimular os políticos a uma aliança do centro com a direita moderada, para bloquear, *a um tempo, os desvarios do Presidente Goulart e uma possível reação violenta da extrema direita.*

Ele pensava, sobretudo, num pacto defensivo entre os partidos políticos de oposição. Pela mesma época, um outro militar, o General-de-Divisão Olympio Mourão Filho, então no comando da 3ª Divisão de Infantaria, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, ao tomar conhecimento das invasões de fazendas pelos Sem Terra, teve a intuição de que o golpe de esquerda que vinha sendo preparado não poderia ser detido por meios puramente políticos: "Acordei, eis o termo, e fiquei horrorizado com o que acabava de constatar." Isso foi em 7 de janeiro. Levou muito tempo para que a advertência de Mourão encontrasse eco entre seus colegas militares. Mas, do lado civil, começavam a brotar reações similares. Armando Falcão relata:

"Desde a posse de João Goulart, convenci-me de que, por meio de meros expedientes políticos - o impeachment, por exemplo - não seria exequível afastá-lo do poder. Tínhamos mesmo que caminhar para a conspiração explícita e coordenada, procurando atrair inclusive o elemento militar, tradicionalmente legalista."

Era patente, contudo, que o reformismo nacionalista, tendo-se comprometido até os ossos com a aliança comunista, não poderia parar a meio caminho: uma vez

despertadas as energias revolucionárias, elas não se deteriam antes que a "revolução democrático-burguesa" tivesse se convertido, por força de seu próprio impulso, em revolução socialista."

Falcão foi um dos muitos políticos brasileiros que percorreram o país, alertando as lideranças locais quanto aos planos do Presidente: *"Eu não contava, de início, com a colaboração de quase ninguém. Poucos aceitavam arriscar-se à retaliação governamental... O próprio Governador Carlos Lacerda mostrava-se cético, desesperançado, achando que estávamos definitivamente perdidos; que Goulart tinha conseguido montar o que chamava de 'dispositivo militar invencível', ao lado do 'dispositivo sindical imbatível'."*

Dentro do Exército, um outro conspirador atuava. O General-de-Exército Osvaldo Cordeiro de Farias, integrante da "Coluna Miguel Costa - Prestes", ativo participante da Revolução de 30, veterano da Segunda Guerra Mundial, era quase uma lenda entre os militares. Sua advertência contra o governo impunha ainda mais respeito porque era o oficial mais antigo das três Forças.

Cordeiro afirma que a conspiração organizada não começou antes de janeiro de 1963: "Não conspiramos durante o primeiro governo de Jango." Até então o que havia era apenas uma agitação de políticos que, sem sucesso, procuravam aliciar oficiais ou criar por sua conta núcleos de resistência sem coordenação entre si. Em meados de 1962, Cordeiro foi procurado pelo candidato a Governador de São Paulo, Adhemar de Barros, que, dizendo-se impressionado com o poder dos comunistas no governo federal, declarou, se vencesse as eleições, começar uma conspiração no ano seguinte. Prometeu chamar Cordeiro para o comando militar da operação e colocar a seu dispor toda a Força Pública (Polícia Militar) do Estado. Mas Cordeiro, que achava Adhemar "muito conversador", ficou cético.

Em janeiro do ano seguinte, porém, Adhemar, já Governador, cumpriu rigorosamente o prometido. Cordeiro afirma que só a partir dessa data houve uma conspiração militar. O fundo de seu raciocínio, nesse ponto, é bem claro: sem o poderio econômico de São Paulo, qualquer reação militar seria impossível e qualquer proposta nesse sentido soaria tão inviável que nem valeria a pena tentar mencioná-la nos quartéis. Foi a iniciativa de civis que determinou, portanto, o início da conspiração militar. Essa iniciativa não vinha só do governador, mas dos proprietários dos maiores jornais, Júlio de Mesquita Filho e Assis Chateaubriand, velhos inimigos pessoais que a emergência anticomunista reconciliou, com a mediação de um dos mais ativos conspiradores civis, o então deputado udenista (e depois Governador de São Paulo), Roberto de Abreu Sodré.

Vinha também de industriais e banqueiros, muitos deles antigos inimigos de Adhemar de Barros, agora dispostos a colaborar com ele para a derrubada de Goulart.

Associações religiosas e cívicas, sobretudo femininas, cobravam dos líderes civis e políticos uma ação muito mais rápida do que eles teriam condições de desempenhar. O General Cordeiro respondeu à cobrança com um desafio: que fizessem manifestações de massa capazes de persuadir "Deus pela Liberdade", que viria a reunir, em 19 de março de 1964, mais de um milhão de manifestantes contra o governo Goulart, no maior ato público até então realizado em São Paulo.

Passeatas de protesto semelhantes repetiram-se em Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro e Salvador. Essas mulheres tiveram papel extremamente importante na mobilização da opinião popular e foram pioneiras em organizar e conduzir movimentos de massa femininos no Brasil.

Também influentes jornais como o Correio da Manhã, o Estado de São Paulo, o Jornal do Brasil e O Globo denunciavam o desgoverno reinante e concitavam os militares a reagir. No começo de 1964, a única certeza entre os conspiradores era que movimento deveria partir de Minas Gerais, não só por ser este Estado, tradicionalmente, o fiel da balança política do país, mas porque era o único lugar do Brasil onde se podia contar com

a absoluta lealdade das principais lideranças políticas e militares, dado o trabalho paciente do Governador Magalhães Pinto e dos Generais Mourão Filho e Carlos Luís Guedes.

Não havia uma data predeterminada para a eclosão do movimento. Ficou acertado apenas que os mineiros fixariam a data de início do levante, que automaticamente serviria de senha para a eclosão de movimentos similares no resto do país onde se pudesse contar com apoio militar suficiente. Quais, propriamente, ninguém sabia. Até poucas semanas antes de 31 de março, acreditava-se geralmente na possibilidade de uma reação armada do governo, que teria apoio do III Exército, no Rio Grande do Sul, e de várias unidades isoladas das três Forças.

Às vésperas de 31 de março, circulavam boatos da exoneração e prisão do General Castello Branco. A situação agravava-se nos quartéis. No Clube Militar, sucediam-se assembleias e reuniões de oficiais da ativa e da reserva. Oficiais da reserva cruzavam o país, servindo de mensageiros dos líderes militares que se opunham à baderna. A crise atingiu o máximo. A pressão era insuportável. A eclosão do movimento dar-se-ia a qualquer momento.

* Fragmento de texto retirado do CD-ROM “O Exército na História do Brasil”, do Centro de Comunicação Social do Exército